



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA		Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
As três séries	Kz: 470 615.00	
A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

SUMÁRIO

Ministério da Educação

Decreto Executivo n.º 94/14:

Aprova o Regulamento Interno do Conselho Consultivo. — Revoga o Decreto Executivo n.º 47/12, de 7 de Fevereiro e demais legislação que contrarie o presente Diploma.

Despacho n.º 739/14:

Exonera Sandra de Oliveira Casimiro das funções de Secretária do Secretário de Estado para Formação e Ensino Técnico-Profissional.

Despacho n.º 740/14:

Nomeia definitivamente Alfredo Boaventura Neto, Domingos Armando, Façony Reis Manuel, João Manuel Neto, Jorge Abel Capolo, Martinho da Cunha Lisboa Casimiro, Napoleão Cunha de Oliveira Pascoal e Nicanora Lucrécia Joaquim Delfim, Professores do I Ciclo do Ensino Secundário, Diplomados do 6.º Escalão.

Despacho n.º 741/14:

Nomeia definitivamente Nelson Isaac Proença, Wilson José Ernesto Gabriel, Eugénia Neto Maurício de Almeida, Marta Domingos João Joaquim, João Mário Cardoso, Jerónimo Alberto, Inocência Carlos Afonso, Filipe Saviolo Exejelina Zaquau, Domingas Laurinda António, Antoniano de Oliveira Carlos, Armando Bellony Horácio, Joana Eduardo Ventura, Joaquina Batalha da Costa, Joaquim Carlos dos Reis H. Miguens, Raquel Chingolofeca Bento Augusto, Marta Pedro Manuel Gaspar, Lukikisso Inês Jorge, Maria Henriqueta Matias Lopes, Pedro Eduardo Albino, Paulo Camilo Luís, Noé Arão Ernesto Nganga, Tito Ntojo Wankufi, Agostinha Rufina Vissapa, Armando Kulivela dos Santos, Juliana Esmeralda Faustino Ventura, Esperança Alberto Ngunza Pereira, Francisco Almeida da Silva, Fernanda Inácia F. Venala Antunes, Albertino António Bartolomeu, Delcia Isabel José Mazingo, Emílio Luís Bernardes Mário, Osvaldo da Conceição Luanica, Gilberto Pinto José Toco, Isabel Jorge Pascoal, Joaquina Neto Maurício de Almeida, José Fino Calunda, Palmira Madalena Joaquim Sachingui dos Santos, Ranito João Cardoso Camilo, Tomas António de Matos, Júlia dos Anjos Paulino Martins, João António Sumano, Rufina Monteiro dos Santos, António Manuel Vissetaca, Francisco Júlio Jorge, Agostinho Ulundo Correia, Emilia Jaime Chimbumba, Sabino Almeida, Quartim Augusto António, Maria Emília Manuel Inácio, Jorgina Nambundo Funete, Maria Natividade Viso Ripoll, Fonseca Marcolino Joaquim António, Maria de Fátima Pinto Gomes, Avelino Joaquim Caboco, Ivo José Miguel Luís, Eduardo Mendes Tavares e Manuel Lopes Paulino Professores do I e II Ciclos do Ensino Secundário, Diplomados do 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º Escalões dos Municípios do Sumbe, Porto Amboim, Seles, Cela, Kibala, Conda, Libolo, Província do Kwanza-Sul.

Ministério da Administração do Território

Despacho n.º 742/14:

Abre o Procedimento Concursal Limitado Sem Apresentação de Candidaturas para o Desenvolvimento do Aplicativo do Sistema Integrado de Monitorização da Administração do Território (SIMAT).

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

Despacho n.º 743/14:

Nomeia definitivamente Aristóteles Nkruma Barbosa António Oficial de Diligências de 3.ª Classe, colocado no Gabinete de Recursos Humanos.

Despacho n.º 744/14:

Nomeia definitivamente Cândido Muetcheno Fernando, Oficial de Diligências de 3.ª classe, colocado no Tribunal Provincial de Luanda.

Despacho n.º 745/14:

Nomeia definitivamente Carla Soraya Miguel Salvador Conservadora-Adjunta, colocada no Gabinete de Recursos Humanos.

Despacho n.º 746/14:

Nomeia definitivamente Elizeth Feliciano Lucamba Ribeiro, Oficial de Diligências de 3.ª classe, colocada no Gabinete de Intercâmbio.

Despacho n.º 747/14:

Nomeia definitivamente Feliciano Malaquias Feliciano Lopes Oficial Auxiliar de Notário de 2.ª classe, colocada no 1.º Cartório Notarial de Luanda.

Despacho n.º 748/14:

Nomeia Definitivamente Fernanda António Fernandes da Silva, Oficial Auxiliar de Conservador de 2.ª classe, colocada no Gabinete de Recursos Humanos.

Despacho n.º 749/14:

Nomeia definitivamente Janeth Narciso da Costa Manuel de Andrade, Oficial Auxiliar de Notário de 2.ª classe, colocada no 1.º Cartório Notarial de Luanda.

Ministério da Agricultura

Despacho n.º 750/14:

Nomeia Albino Manuel José para as funções de motorista do Gabinete do Secretário de Estado para os Recursos Florestais.

Ministério dos Petróleos

Despacho n.º 751/14:

Nomeia Albertina Ndele Macaia Ndochi para as funções de Técnica de 3.ª Classe no Gabinete do Ministro dos Petróleos.

Ministério da Geologia e Minas

Despacho n.º 752/14:

Autoriza a transmissão a favor da Empresa MEBISA S.A., dos direitos mineiros e dos respectivos títulos que a ICER detinha.

Ministério do Comércio

Despacho n.º 753/14:

Desvincula Marta André Manuel, Técnica Média de 2.ª Classe, do quadro de pessoal deste Ministério, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 754/14:

Desvincula Maria Inês Vaz da Conceição, Chefe de Departamento, do quadro de pessoal deste Ministério, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 755/14:

Nomeia Adérito Almeida Bartolomeu Mendes para o cargo de Chefe de Departamento de Inspeção do Gabinete de Inspeção Geral deste Ministério.

Ministério da Construção

Despacho n.º 756/14:

Nomeia Margarida Severino da Silva para a função de Técnica de Informática, com a categoria de Técnica de 3.ª Classe, no Gabinete do Secretário de Estado da Construção.

Ministério da Juventude e Desportos

Despacho n.º 757/14:

Cria a Comissão Nacional para preparação das condições para a Jornada Abril Jovem, da qual se destaca a celebração do 14 de Abril, Dia da Juventude Angolana.

Despacho n.º 758/14:

Cria o Comité de Apoio a Participação de Angola nos Eventos Desportivos Internacionais, doravante designado por «CPEDI».

Despacho n.º 759/14:

Demite Rocha Mateus Pedro, Operário Qualificado de 1.ª Classe, do quadro de pessoal deste Ministério, por abandono de lugar.

Despacho n.º 760/14:

Desvincula Domingos Causso do quadro de pessoal deste Ministério, para efeitos de Reforma Antecipada.

Despacho n.º 761/14:

Desvincula Maria Filomena José Francisco Agostinho do quadro de pessoal deste Ministério, para efeitos de Reforma Antecipada.

Despacho n.º 762/14:

Desvincula Francisco Domingos Ribeiro do quadro de pessoal deste Ministério, para efeitos de Reforma por velhice.

Despacho n.º 763/14:

Nomeia Africano André Pedro para o cargo de Chefe de Departamento de Associativismo e Tempos Livres da Juventude da Direcção Nacional de Políticas da Juventude.

Despacho n.º 764/14:

Nomeia Neusa Madalena de Almeida Grilo para o cargo de Chefe de Departamento de Promoção e Participação da Juventude da Direcção Nacional de Políticas da Juventude.

Despacho n.º 765/14:

Nomeia Inocência Ruben Tjipulo Mateus para o cargo de Chefe de Departamento de Formação e Informação da Juventude da Direcção Nacional de Políticas da Juventude.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto Executivo n.º 94/14 de 31 de Março

Convindo aprovar as normas sobre a organização e funcionamento do Conselho Consultivo;

Em Conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estipulado no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º do Decreto Presidencial n.º 290/10, de 1 de Dezembro, determino:

1.º — É aprovado o Regulamento Interno do Conselho Consultivo, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

2.º — É revogado o Decreto Executivo n.º 47/12, de 7 de Fevereiro, e demais Legislação que contrarie o presente Diploma.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma serão resolvidas pelo Ministro da Educação.

4.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Março de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

REGULAMENTO INTERNO DO CONSELHO CONSULTIVO

ARTIGO 1.º (Natureza)

O Conselho Consultivo é um órgão de apoio do Ministro que tem por missão coadjuvar o Ministro na avaliação e execução do plano traçado para um determinado ano lectivo e estabelecer estratégias, visando a preparação do ano lectivo seguinte.

ARTIGO 2.º (Atribuições)

Compete ao Conselho Consultivo:

- Apoiar o Ministro da Educação na avaliação e supervisão do plano de acção do Ministério;
- Propor medidas de correcção, visando a melhoria da qualidade de ensino;
- Propor medidas que visem a melhoria da gestão e de funcionamento dos estabelecimentos de Ensino Primário e Secundário Geral, de Formação de Professores e Técnico;
- Analisar as questões de carácter técnico a ele submetidas relacionadas com a actividade do Ministério.

ARTIGO 3.º
(Composição)

1. O Conselho Consultivo é presidido pelo Ministro da Educação e integra os seguintes membros:

- a) Secretários de Estado de Educação;
- b) Secretário Geral;
- c) Directores Nacionais e equiparados;
- d) Directores Gerais dos Institutos Públicos;
- e) Directores dos Gabinetes do Ministro e dos Secretários de Estado;
- f) Consultores do Ministro e dos Secretários de Estado;
- g) Directores Provinciais da Educação.

2. O Ministro da Educação pode convidar para as reuniões do Conselho Consultivo entidades cuja colaboração considere importante para o estudo e análise dos documentos a submeter à reunião.

ARTIGO 4.º
(Presidência das reuniões)

1. O Ministro da Educação preside as reuniões do Conselho Consultivo e coordena as questões em análise.

2. Compete ao Presidente do Conselho em especial:

- a) Aprovar os temas a serem submetidos à apreciação do Conselho;
- b) Proceder à abertura e ao encerramento das reuniões;
- c) Mandar proceder ao controlo das presenças diárias;
- d) Propor a aprovação da agenda de trabalho;
- e) Dirigir a reunião;
- f) Submeter à aprovação as conclusões e recomendações do Conselho.

ARTIGO 5.º
(Periodicidade de reuniões)

1. O Conselho Consultivo reúne-se, em regra, 2 (duas) vezes por ano, devendo a primeira reunião ocorrer no primeiro trimestre de cada ano civil com o objectivo de proceder, dentre outras matérias, à apreciação das actividades programadas e a segunda reunião no último trimestre para a apreciação e balancear o cumprimento do plano anual de actividades e demais tarefas acometidas ao Ministério da Educação.

2. As sessões do Conselho Consultivo são convocadas com antecedência mínima de 15 dias, devendo a convocatória indicar o dia, o local e os assuntos a serem tratados.

ARTIGO 6.º
(Organização do Conselho)

Para a realização do Conselho Consultivo são constituídas Comissões de Trabalho com as funções seguintes:

- a) Preparação das condições técnicas e financeiras necessárias para a realização do Conselho Consultivo, do ponto de vista de organização e funcionamento;

- b) Preparar as condições relacionadas com a recepção e alojamento dos membros e convidados;
- c) Elaboração, tratamento e apresentação dos temas a serem debatidos;
- d) Elaboração do relatório final.

ARTIGO 7.º
(Metodologia do trabalho)

O Conselho Consultivo, dependendo dos assuntos a tratar, pode utilizar a seguinte metodologia de trabalho:

- a) Apresentação dos temas em plenária;
- b) Apresentação dos temas em painéis.

ARTIGO 8.º
(Plenária)

1. As sessões em plenária têm a duração variável em função do programa do Conselho, devendo ser indicado o tempo de apresentação e o de pergunta e resposta.

2. Os temas são apresentados por um ou dois responsáveis/técnicos previamente indicados pelas respectivas Direcções Nacionais, nos seguintes moldes:

- a) Leitura resumida, com possível auxílio de meios informáticos, quadros, tabelas e gráficos que ilustrem a exposição;
- b) Objectividade e clareza na exposição.

3. O conteúdo dos temas a apresentar deve obrigatoriamente ser digitalizado, reproduzido e incluído na pasta de cada participante.

ARTIGO 9.º
(Painéis)

1. O painel tem como objectivo a prestação de informações sobre as principais tarefas a desempenhar para o normal desenvolvimento do ano lectivo, bem como de aspectos relacionados com as dotações orçamentais, infra-estruturas escolares e recursos humanos.

2. Antes do início dos trabalhos cada painel designa um Secretariado com dois integrantes, cuja função é a recolha de informações sobre dificuldades e propostas de soluções pontuais para as questões identificadas.

3. Cada painel dispõe de 4 horas para apresentação do seu trabalho, distribuído do seguinte modo:

- a) Três horas são reservadas para as informações, orientações e debates;
- b) A hora restante é reservada para o Secretariado proceder à consolidação das questões fundamentais levantadas pelos participantes, visando a preparação das conclusões e recomendações a serem apresentadas no dia seguinte.

4. A apresentação dos temas compete a um ou mais técnicos indicados para o efeito, salvo nos casos em que a própria natureza do tema ou sub-tema exija uma apresentação individualizada.

ARTIGO 10.º
(Actas e relatório)

1. Em cada reunião lavrar-se-á uma acta que deve ser distribuída aos membros do Conselho Consultivo no prazo de 72 horas após a sua realização, cabendo a estes pronunciarem-se nas 48 horas seguintes.

2. Encerrado o Conselho é feito um relatório final a ser distribuído a todos os membros, no prazo de 15 dias, após a sua realização.

3. A Acta deve ser lavrada pelo Director do Gabinete do Ministro que junta em anexo o relatório final.

4. O relatório final é elaborado pelo Secretário do Conselho.

Luanda, aos 17 de Março de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 739/14
de 31 de Março

Por conveniência de serviço público;

Nos termos do artigo 5.º, alínea e), do Decreto Presidencial n.º 290/10, de 1 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estipulado no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo Único: — É Sandra de Oliveira Casimiro, com a categoria de Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, n.º de agente 00665099, exonerada das funções de Secretária do Secretário de Estado para Formação e Ensino Técnico-Profissional, para o qual havia sido nomeada.

Publique-se.

Luanda, aos 14 de Março de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 740/14
de 31 de Março

Havendo necessidade de se regularizar o vínculo jurídico-laboral de Docentes afectos à Repartição Municipal da Educação, Ciência e Tecnologia do Amboim da Província do Kwanza-Sul, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo Único: — São nomeados definitivamente os Professores do I Ciclo do Ensino Secundário para as categorias constantes da lista abaixo indicada:

1. Alfredo Boaventura Neto — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11993205, colocado na Escola do Ensino Primário «1.º de Maio», Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

2. Domingos Armando — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11362284, colocado na Escola do Ensino Primário do «Mazungué», Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

3. Fançony Reis Manuel — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11678930, colocado na Escola do Ensino Primário «Patrice Lumumba» — Gabela, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

4. João Manuel Neto — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11680140, colocado na Escola do Ensino Primário «11 de Novembro», Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

5. Jorge Abel Capolo — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11678455, colocado na Escola do Ensino Primário «José Martí» — Gabela, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

6. Martinho da Cunha Lisboa Casimiro — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11993783, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «Heróis do Kuito Kuanavale», Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

7. Napoleão Cunha de Oliveira Pascoal — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11993820, colocado na Escola do Ensino Primário «José Martí», Gabela, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

8. Nicanora Lucrécia Joaquim Delfim — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11993837, colocada na Escola do Ensino Primário «José Martí», Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 741/14
de 31 de Março

Havendo necessidade de se regularizar o vínculo jurídico-laboral de Docentes afectos às Repartições Municipais da Educação, Ciência e Tecnologia do Kwanza-Sul, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo Único: — São nomeados definitivamente os Professores do I e II Ciclo do Ensino Secundário dos Municípios do Sumbe, Porto Amboim, Amboim, Seles, Cela, Kibala, Conda, Libolo, Província do Kwanza-Sul, constantes da lista que se segue, nas categorias que se indicam.

Repartição Municipal do Sumbe

1. Nelson Isaac Proença — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 88085323, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

2. Wilson José Ernesto Gabriel — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 11359247, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

3. Eugénia Neto Maurício de Almeida — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11995233, colocada na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

4. Marta Domingos João Joaquim — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 3.º Escalão, Agente n.º 11361095, colocada na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

5. João Mário Cardoso — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 07812238, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

6. Jerónimo Alberto — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 06382250, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

7. Inocência Carlos Afonso — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 08755975, colocada na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

8. Filipe Savilolo Exejelina Zaqueu — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 11360894, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

9. Domingas Laurinda António — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 12376851, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

10. Antoniano de Oliveira Carlos — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 88084967, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

11. Armando Bellony Horácio — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 12002151, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

12. Joana Eduardo Ventura — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 8.º Escalão, Agente n.º 88085837, colocada na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

13. Joaquina Batalha da Costa — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 12000867, colocada na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

14. Joaquim Carlos dos Reis H. Miguens — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 88085783, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

15. Raquel Chingolofeca Bento Augusto — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 8.º Escalão, Agente n.º 88084358, colocada na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

16. Marta Pedro Manuel Gaspar — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 8.º Escalão, Agente n.º 88085731, colocada na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

17. Lukikisso Inês Jorge — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 88084482, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

18. Maria Henriqueta Matias Lopes — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 88085642, colocada na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

19. Pedro Eduardo Albino — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 88085872, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

20. Paulo Camilo Luís — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 7.º Escalão, Agente n.º 11359885, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

21. Noé Arão Ernesto Nganga — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 12001192, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

22. Tito Ntojo Wankufi — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 12374734, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

23. Agostinha Rufina Vissapa — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 1.º Escalão, Agente n.º 18021151, colocada na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário do Sumbe, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal da Educação de Porto Amboim

24. Armando Kulivela dos Santos — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 07813663, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

25. Juliana Esmeralda Faustino Ventura — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 12377738, colocada na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

26. Esperança Alberto Ngunza Pereira — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 06342572, colocada na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Município de P. Amboim, Província do Kwanza-Sul.

27. Francisco Almeida da Silva — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 10944937, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

28. Fernanda Inácia F. Venala Antunes — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 3.º Escalão, Agente n.º 18007474, colocada na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

29. Albertino António Bartolomeu — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11670287, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

30. Delcia Isabel José Mazingo — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11668920, colocada na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

31. Emílio Luís Bernardes Mário — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 10944860, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

32. Osvaldo da Conceição Luanica — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11992810, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

33. Gilberto Pinto José Toco — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 18101138, colocada na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

34. Isabel Jorge Pascoal — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 88071752, colocada na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

35. Joaquina Neto Maurício de Almeida — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 4.º Escalão, Agente n.º 06342670, colocada na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

36. José Fino Calunda — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 06342635, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

37. Palmira Madalena Joaquim Sachingui dos Santos — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 07813670, colocada na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

38. Ranito João Cardoso Camilo — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 06379006, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

39. Tomas António de Matos — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11351932, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

40. Júlia dos Anjos Paulino Martins — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 88071545, colocada na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário Comissário Ngongo, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal da Educação do Amboim

41. João António Sumano — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 88078435, colocado na Escola do I Ciclo «Heróis do Kuito Kuanavale», Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

42. Rufina Monteiro dos Santos — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 12001105, colocada na Escola José Marty, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

43. António Manuel Vissetaca — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11678700, colocado na Escola do I e II Ciclo do Ensino Secundário Dr. António Agostinho Neto, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

44. Francisco Júlio Jorge — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 10504546, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário da Gabela, Município do Amboim, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal da Educação do Seles

45. Agostinho Ulundo Correia — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, Agente n.º 07814929 colocado na Escola Primária da Obra, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

46. Emília Jaime Chimbumba — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 07204540, colocada na Escola do Colégio de Nossa Senhora de Fátima, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

47. Sabino Almeida — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11682050, colocado na Escola do Colégio de Nossa Senhora de Fátima, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

48. Quartim Augusto António — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 18024998, colocado na Escola do Colégio da Nossa Senhora de Fátima, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

49. Maria Emília Manuel Inácio — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 109411910, colocada na Escola do Magistério Primário, Município do Seles, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal da Educação da Cela

50. Jorgina Nambundo Funete — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 3.º Escalão, Agente n.º 18069222, colocada na Escola do I e II Ciclos Dr. António Agostinho Neto do Waku-Kungo, Município da Cela, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal da Educação da Kibala

51. Maria Natividade Viso Ripoll — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 8.º Escalão, Agente n.º 11502319, colocada na Escola Santa Catarina Laboure, Município da Kibala, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal da Educação da Conda

52. Fonseca Marcolino Joaquim António — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 88054647, colocado na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «5 de Outubro», Município da Conda, Província do Kwanza-Sul.

53. Maria de Fátima Pinto Gomes — Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 88053903, colocada na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário «5 de Outubro», Município da Conda, Província do Kwanza-Sul.

Repartição Municipal da Educação do Libolo

54. Avelino Joaquim Caboco — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11684668, colocado na Escola do Ensino Primário Santa Maria Mazarello, Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

55. Ivo José Miguel Luís — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 88081259, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário, Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

56. Eduardo Mendes Tavares — Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 88081354, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário, Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

57. Manuel Lopes Paulino — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11685030, colocado na Escola do II Ciclo do Ensino Secundário, Município do Libolo, Província do Kwanza-Sul.

Publique-se.

Luanda, aos 29 de Janeiro de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Despacho n.º 742/14
de 31 de Março

Havendo necessidade de contratação de serviços para Desenvolvimento do Aplicativo do Sistema Integrado de Monitorização da Administração do Território (SIMAT);

Considerando existir dotação orçamental para o efeito e preenchidos os requisitos legais necessários para efeitos de autorização da contratação dos referidos serviços;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, através do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e da competência que me é atribuída pela alínea b) do n.º 1, Anexo II, de acordo com o disposto no artigo 25.º da Lei da Contratação Pública, determino:

ARTIGO 1.º
(Decisão de contratar)

É aberto o Procedimento Concursal Limitado Sem Apresentação de Candidaturas para o Desenvolvimento do Aplicativo do Sistema Integrado de Monitorização da Administração do Território (SIMAT).

ARTIGO 2.º
(Escolha do procedimento)

Para a contratação dos serviços indicados no artigo anterior adopta-se o Procedimento Concursal Limitado Sem Apresentação de Candidaturas, nos termos do artigo 25.º, alínea b), da Lei da Contratação Pública, tendo em conta a natureza dos serviços a serem prestados, estabelecido de acordo com os relatórios existentes sobre o assunto, a experiência de trabalhos similares e o disposto na Lei da Contratação Pública, aprovada pela Lei n.º 20/10, de 7 de Setembro.

ARTIGO 3.º
(Autorização da despesa)

Tendo em conta o disposto do artigo 31.º da Lei da Contratação Pública da decisão de contratar, o valor estimado para contratação nos limites de competência para autorização de despesas inerentes aos Ministros, prevista nos artigos 31.º e 34.º dessa mesma lei.

ARTIGO 4.º
(Prazo)

O Procedimento de Concurso ora iniciado deve ser concluído no prazo máximo de 45 dias.

ARTIGO 5.º
(Comissão de Avaliação)

Considerando, por fim, que nos termos do disposto no artigo 41.º da Lei da Contratação Pública, Lei n.º 20/10, de 7 de Setembro, a condução dos procedimentos de contratação deve ser realizada por uma Comissão de Avaliação, torna-se imperativa a sua constituição.

Para efeitos do disposto supra-referido é criada uma Comissão de Avaliação coordenada por Carlos Teixeira Brito e integra Nazário Vilhena e Carlos Jesus Baptista como membros efectivos. Como membros suplentes são nomeados Daniel Lucas e Dorca da Glória.

A Comissão ora criada tem a competência de receber as propostas, conduzir o acto público, apreciar as propostas, realizar os actos de audiência prévia, elaborar relatórios de apreciação e análise das propostas apresentadas e outras disposições constantes dos artigos 42.º, 43.º e 44.º, todos da Lei da Contratação Pública.

Cumpra-se.

Luanda, aos 24 de Janeiro de 2014.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Despacho n.º 743/14
de 31 de Março

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 17/90, de 20 de Outubro, determino:

É Aristóteles Nkruma Barbosa António, Oficial de Diligências de 3.ª Classe, colocado no Gabinete de Recursos Humanos, nomeado definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2 do artigo 2.º, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeito a partir de 17 de Junho de 2011.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

Despacho n.º 744/14
de 31 de Março

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 17/90, de 20 de Outubro, determino:

É Cândido Muetcheno Fernando, Oficial de Diligências de 3.ª Classe, colocado no Tribunal Provincial de Luanda, nomeado definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2 do artigo 2.º, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeito a partir de 17 de Junho de 2011.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

Despacho n.º 745/14
de 31 de Março

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 17/90, de 20 de Outubro, determino:

É Carla Soraya Miguel Salvador, Conservadora-Adjunta, colocada no Gabinete de Recursos Humanos, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2 do artigo 2.º, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeito a partir de 17 de Junho de 2010.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

Despacho n.º 746/14
de 31 de Março

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 17/90, de 20 de Outubro, determino:

É Elizeth Feliciano Lucamba Ribeiro, Oficial de Diligências de 3.ª Classe, colocada no Gabinete de Intercâmbio, nomeado definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2 do artigo 2.º, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeito a partir de 17 de Junho de 2010.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

Despacho n.º 747/14
de 31 de Março

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 17/90, de 20 de Outubro, determino:

É Feliciano Malaquias Feliciano Lopes, Oficial Auxiliar de Notário de 2.ª Classe, colocada no 1.º Cartório Notarial de Luanda, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2 do artigo 2.º, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeito a partir de 17 de Junho de 2011.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

Despacho n.º 748/14
de 31 de Março

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 17/90, de 20 de Outubro, determino:

É Fernanda António Fernandes da Silva, Oficial Auxiliar de Conservador de 2.ª Classe, colocada no Gabinete de Recursos Humanos, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2 do artigo 2.º, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeito a partir de 17 de Junho de 2011.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

Despacho n.º 749/14
de 31 de Março

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

No uso da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 17/90, de 20 de Outubro, determino:

É Janeth Narciso da Costa Manuel de Andrade, Oficial Auxiliar de Notário de 2.ª Classe, colocada no 1.º Cartório Notarial de Luanda, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º e do n.º 2 do artigo 2.º, ambos do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeito a partir de 17 de Junho de 2011.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Despacho n.º 750/14
de 31 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, determino:

É Albino Manuel José nomeado motorista do Gabinete do Secretário de Estado para os Recursos Florestais.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Março de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS

Despacho n.º 751/14
de 31 de Março

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os Decretos n.ºs 26/97 e 68/02, de 4 de Abril e 29 de Outubro, respectivamente, que estabelecem a composição e o regime jurídico do pessoal dos Gabinetes dos Membros do Governo, determino:

É Albertina Ndele Macaia Ndochi nomeada para, em comissão de serviço, exercer as funções de Técnica de 3.ª Classe no Gabinete do Ministro dos Petróleos.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Março de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DA GEOLOGIA E MINAS

Despacho n.º 752/14
de 31 de Março

Considerando que a implementação do Programa de Diversificação da Indústria Mineira constitui um dos instrumentos operativos do Programa de Governação até 2017, estando, entre os seus objectivos, a intensificação da actividade de prospecção e exploração de minerais para a construção civil, envolvendo tanto o sector público como o sector privado da nossa economia;

Tendo em conta que, cumprindo com o estabelecido nas disposições combinadas do artigo 48.º e 94.º, ambos do Código Mineiro, a ICER requereu a transferência dos seus direitos

mineiros sobre minerais aplicáveis à construção civil titulados por via do Alvará Mineiro n.º 144/07/A.M/ANG-M.G.M.I/2012, a favor da Empresa MEBISA SA;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º, da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas do n.º 1 do artigo 89.º e os n.os 3 e 4 do artigo 333.º, ambos do Código Mineiro, determino:

ARTIGO 1.º
(Autorização)

É autorizada a transmissão, a favor da Empresa MEBISA S.A., dos direitos mineiros e dos respectivos títulos que a ICER detinha em conformidade com o Alvará acima designado.

ARTIGO 2.º
(Demarcação mineira)

As áreas exactas de concessão estão inscritas nos respectivos títulos e croquis de localização, não podendo exceder o raio de um quilómetro quadrado.

ARTIGO 3.º
(Associação)

1. Para a execução das actividades necessárias ao exercício dos direitos mineiros referidos neste Despacho a concessionária pode associar-se a terceiros, desde que possuam idoneidade financeira e capacidade técnicas comprovadas e desta associação não resulte outro ente jurídico.

2. Porém, se desta associação resultar novo ente jurídico a parte angolana não deverá dispor de menos de dois terços (2/3) do capital social.

ARTIGO 4.º
(Programa de actividades)

1. A concessionária deve apresentar ao Ministério da Geologia e Minas, para aprovação, programas da actividade anuais, elaborados com a indicação das tarefas de estudo, sua duração, objectivos a atingir e demais requisitos, de conformidade com as directrizes contidas no Código Mineiro.

2. Os programas de actividade anual deverão ser apresentados até ao dia 30 de Novembro de cada ano;

ARTIGO 5.º
(Relatórios da actividade)

O titular de direitos mineiros concedidos ao abrigo deste Despacho fica obrigado a prestar ao Ministério da Geologia e Minas e aos Governos Provinciais onde se situam as minas, as informações económicas e técnicas decorrentes da sua actividade, bem como a apresentar os relatórios periódicos por lei exigidos.

ARTIGO 6.º
(Título de prospecção)

A Direcção Nacional de Licenciamento e Cadastro Mineiro fica desde já autorizada a efectuar os averbamentos necessários e emitir os alvarás requeridos.

ARTIGO 7.º
(Legislação mineira)

A concessionária obriga-se às disposições do Código Mineiro, da Lei do Investimento Privado, do Código Civil e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à actividade geológico-mineira.

ARTIGO 8.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Ministro da Geologia e Minas.

ARTIGO 9.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, aos 14 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Francisco Manuel Monteiro de Queiroz*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Despacho n.º 753/14
de 31 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º, da Constituição da República de Angola, e de acordo com os dispostos na alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 252/12, de 28 de Dezembro, determino:

1. É Marta André Manuel, com a categoria de Técnica Média de 2.ª Classe, desvinculada do quadro de pessoal do Ministério do Comércio para efeitos de reforma, de acordo com o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto n.º 40/08, de 2 de Julho.

2. O presente Despacho tem efeitos a partir de 31 de Março de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Março de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 754/14
de 31 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da constituição da República de Angola, e de acordo com os dispostos na alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 252/12, de 28 de Dezembro, determino:

1. É Maria Inês Vaz da Conceição, exercendo as funções de Chefe de Departamento, desvinculada do quadro de pessoal do Ministério do Comércio para efeitos de reforma, de acordo com o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto n.º 40/08, de 2 de Julho.

2. O presente Despacho tem efeitos a partir de 31 de Março de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Março de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 755/14
de 31 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 252/12, de 28 de Dezembro, conjugado com o artigo 17.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto, determino:

1. É Adérito Almeida Bartolomeu Mendes nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Inspeção do Gabinete de Inspeção Geral do MINCO.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 3 de Janeiro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

MINISTÉRIO DA CONSTRUÇÃO

Despacho n.º 756/14
de 31 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 241/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Margarida Severino da Silva nomeada para exercer, em regime de destacamento, a função de Técnica de Informática, com a categoria de Técnica de 3.ª Classe, no Gabinete do Secretário de Estado da Construção.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 18 de Março de 2014.

O Ministro, *Waldemar Pires Alexandre*.

MINISTÉRIO DA JUVENTUDE E DESPORTOS

Despacho n.º 757/14
de 31 de Março

Havendo necessidade da constituição de uma Comissão Nacional responsável pela criação de condições políticas, técnicas e logísticas para a Jornada Abril Jovem, em especial para a celebração do 14 de Abril, Dia da Juventude Angolana;

Em conformidade com o Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, que estabelece as normas sobre a Delegação de Poderes do Presidente da República e Chefe do Executivo nos Ministros de Estado e Ministros, e ao abrigo do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

1. É criada a Comissão Nacional para a preparação das condições para a Jornada Abril Jovem, da qual se destaca a celebração do 14 de Abril, Dia da Juventude Angolana.

2. A Comissão ora criada é integrada pelos seguintes membros:

a) Secretário de Estado para a Juventude — Coordenador;

b) Director Nacional das Políticas de Juventude — Coordenador-Adjunto;

c) Secretário Geral — Membro;

d) Director Nacional das Políticas do Desporto — Membro;

e) Directora Nacional das Infra-Estruturas — Membro;

f) Director do Gabinete do Secretário de Estado para a Juventude — Membro;

g) Director do Centro de Documentação e Informação — Membro;

h) Director-Adjunto do Gabinete do Ministro — Membro;

i) Consultor do Secretário de Estado para a Juventude — Membro;

j) Presidente do Conselho Nacional da Juventude — Membro.

2. Para a preparação de condições, a Comissão tem a responsabilidade de apresentar ao Ministro da Juventude e Desportos os planos de realização e de necessidades, o programa de actividades e outros documentos de apoio.

3. A Comissão deve apresentar o relatório das actividades realizadas 30 dias após o término da Jornada Abril Jovem.

4. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 14 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

Despacho n.º 758/14
de 31 de Março

Considerando que Angola organiza este ano os IX Jogos Desportivos da CPLP, participa nos Jogos da SADC e nos Jogos Africanos previstos para 2015, competições que exigem do Governo Angolano esforço financeiro e uma preparação condigna para se atingirem os objectivos previstos;

Havendo a necessidade da criação de um Comité responsável pela organização e preparação da participação do nosso País aos três eventos internacionais;

Em conformidade com o Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, que estabelece as normas sobre a Delegação de Poderes do Presidente da República e Chefe do Executivo

nos Ministros de Estado e Ministros e ao abrigo do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

1. É criado o Comité de Apoio à Participação de Angola nos Eventos Desportivos Internacionais, doravante designado por «CPEDI», anexo ao presente Despacho, que dele é parte integrante.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, a 26 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

PROPOSTA DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO COMITÉ DE PARTICIPAÇÃO DE ANGOLA EM EVENTOS DESPORTIVOS INTERNACIONAIS (CPEDI)

ARTIGO 1.º (Objectivo)

O CPEDI tem como objectivo criar condições organizativas, técnicas, materiais e financeiras necessárias para a participação condigna das missões desportivas angolanas nos IX Jogos Desportivos da CPLP — Angola/2014, Jogos da SADC — Zimbabwe/2014 e nos Jogos Africanos — Congo Brazzaville/2015.

ARTIGO 2.º (Composição)

O CPEDI é constituído pela Comissão de Monitorização e pela Missão Desportiva.

ARTIGO 3.º (Composição da Comissão de Monitorização)

A Comissão de Monitorização do CPEDI é o órgão superior do Comité e integra as seguintes entidades:

1. Ministro da Juventude e Desportos — Presidente.
2. Secretário de Estado do Desporto.
3. Director Nacional de Políticas do Desporto.
4. Secretário Geral do Ministério.
5. Presidente do Comité Olímpico Angolano.
6. Presidente do Comité Paralímpico Angolano.

ARTIGO 4.º (Competência da Comissão de Monitorização)

A Comissão de Monitorização do CPEDI é o órgão superior do Comité Preparatório e tem como objectivos:

1. Assegurar a articulação com os demais organismos do Estado, visando a mobilização de apoios institucionais necessários à execução do Programa;
2. Aprovar o plano de trabalho, cronograma de acções e o plano de orçamento do Comité Preparatório;
3. Avaliar, periodicamente o trabalho desenvolvido pela Missão Desportiva, baixando-lhe orientações e recomendações, com vista assegurar a elevação do seu nível de desempenho;

4. Apreciar e pronunciar-se sobre as propostas e medidas técnicas que lhe forem submetidas pela Missão Desportiva;

5. Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comité Preparatório.

6. Aprovar o relatório final da participação de Angola em eventos desportivos internacionais;

7. A Comissão de Monitorização reunirá, sob convocatória do Ministro da Juventude e Desportos.

ARTIGO 5.º (Composição da Missão Desportiva)

A Missão Desportiva integra os seguintes membros:

1. Director Nacional de Políticas do Desporto — Chefe da Missão;
2. Chefe do Departamento de Alta Competição — Adjunto do Chefe da Missão;
3. Chefe do Departamento de Gestão do Orçamento e Património;
4. Representante do Comité Olímpico;
5. Representante do Comité Paralímpico Angolano;
6. Representante das Modalidades Desportivas incluídas no Programa;
7. Representante do Corpo Médico.

ARTIGO 6.º (Competências do Chefe da Missão Desportiva)

1. Dirigir a Missão, desde a sua constituição até ao momento da apresentação e aprovação do relatório final da participação da delegação angolana;
2. Representar a Missão Desportiva sempre que tal for requerido;
3. Assegurar a inscrição de todos os elementos da missão;
4. Convocar e dirigir as reuniões consideradas necessárias à preparação e participação da Missão nos Jogos;
5. Manter contactos com o Comité de Organização, directamente ou através do «Ataché Olímpico»;
6. Coordenar a utilização dos meios de transporte postos à disposição da Missão durante os Jogos;
7. Providenciar o alojamento de toda a Missão na Aldeia Olímpica;
8. Diligenciar a aquisição de trajes oficiais a usar pela Missão durante os Jogos;
9. Apresentar o relatório de contas da Missão à Comissão de Monitorização, no prazo máximo de trinta (30) dias após o término da participação angolana no evento.

ARTIGO 7.º (Competências do Adjunto do Chefe da Missão)

1. Coadjuvar o Chefe da Missão no exercício das suas competências e substituí-lo nas suas ausências ou impedimentos;
2. Desempenhar outras funções que lhe forem delegadas pelo Chefe da Missão;
3. Participar nas reuniões convocadas pelo Chefe da Missão.

ARTIGO 8.º

(Competência do Chefe de Delegação por Modalidade)

1. Coordenar a actividade da respectiva modalidade;
2. Estabelecer a ligação entre o Chefe da Missão, os treinadores e atletas da respectiva modalidade, visando o cumprimento das instruções e disposições regulamentares;
3. Baixar orientações técnicas a todos os atletas da modalidade seleccionados e acompanhar os seus treinos e as competições;
4. Zelar pela manutenção da disciplina e da ordem nos alojamentos ocupados pelos atletas da sua modalidade;
5. Comunicar imediatamente ao chefe da Missão qualquer acto de indisciplina cometido pelos membros da sua modalidade e as medidas tomadas no âmbito do regulamento interno;
6. Requisitar, com antecedência, os meios logísticos necessários para os treinadores e atletas da sua modalidade no quadro dos calendários e programas de competição;
7. Participar nas reuniões técnicas da sua modalidade;
8. Informar ao Chefe da Missão os calendários e os resultados das provas em que participarem os atletas da sua modalidade, bem como as circunstâncias em que as mesmas decorrerem;
9. Comparecer às reuniões convocadas pelo Chefe da Missão;
10. Apresentar ao Chefe da Missão Desportiva o relatório de toda a actividade desenvolvida, incluindo os resultados oficiais, no prazo de 5 dias após o término dos jogos.

ARTIGO 9.º

(Competências dos Treinadores)

1. Manter contactos permanentes com o Chefe da Modalidade para que os atletas a seu cargo disponham das melhores condições de treino;
2. Solicitar, com antecedência, o transporte necessário para os seus atletas, indicando os respectivos horários;
3. Informar ao Chefe da Modalidade as circunstâncias em que decorrem as provas;
4. Zelar pela boa condição física, técnica, táctica e motivacional dos atletas a seu cargo;
5. Zelar pela manutenção da disciplina e da ordem no seio dos atletas da sua equipa;
6. Manter uma postura exemplar e o espírito deontológico e de responsabilidade durante o exercício da sua missão;
7. Comunicar, imediatamente, ao Chefe da Modalidade qualquer acto de indisciplina cometida;
8. Assegurar que os seus atletas cumprem, nas competições ou fora dela, as disposições regulamentares oficiais;
9. Comparecer às reuniões quando convocadas pelo Chefe da Missão.

ARTIGO 10.º

(Competências do técnico auxiliar)

Ao técnico auxiliar compete assegurar as tarefas específicas para que for nomeado, subordinando-se às orientações definidas pelo respectivo treinador principal ou pelo Chefe da Modalidade.

ARTIGO 11.º

(Dos atletas)

Aos atletas compete assumir comportamento cívico e desportivo correspondente à função social e cultural do atleta de alta competição, observando os direitos e deveres descritos nos artigos seguintes.

ARTIGO 12.º

(Direitos e deveres do atleta)

1. Ter acompanhamento técnico, médico e logístico durante o período de preparação e competição da parte das respectivas Federações e responsáveis da missão;
2. Receber e conservar em estado apresentável o equipamento desportivo para treinos, competições e o vestuário para as cerimónias oficiais;
3. Respeitar, as directrizes emanadas da Federação, Chefe da modalidade e da organização do evento;
4. Comparecer em todos os exames médicos, de controlo anti-dopagem e qualquer outro que lhe seja exigido pela entidade competente;
5. Observar as prescrições de carácter técnico e clínico determinados pelo treinador e pelo corpo médico;
6. Manter a ordem, disciplina e limpeza nos alojamentos e outras instalações da Aldeia Olímpica, sendo responsabilizado pela reparação dos danos que causar;
7. Comparecer, com pontualidade, a todas as actividades para as quais for convocado;
8. Manter o espírito de patriotismo, far play e de superação dos seus resultados durante a competição;
9. Cumprir incondicionalmente os deveres estabelecidos no Código de Conduta dos membros da Missão.

ARTIGO 13.º

(Corpo Médico e Auxiliar)

O Corpo Médico e Auxiliar são propostos pelo Centro Nacional de Medicina do Desporto, de acordo com as quotas que lhe forem atribuídas, independentemente do número que for atribuído pela organização do evento. Os membros que integram o corpo médico são os seguintes:

- a) Médico Coordenador;
- b) Médicos;
- c) Fisioterapeutas;
- d) Outros Especialistas.

ARTIGO 14.º

(Competências do Médico Coordenador)

1. Coordenar o acompanhamento da assistência médica da delegação nos jogos, antes e durante a competição;
2. Elaborar a lista de aparelhos, medicamentos e material de assistência necessários;
3. Definir o horário de atendimento dos membros da delegação;
4. Estar presente nos locais de treinos e competição em que participem atletas nacionais, em caso de impossibilidade, deve indicar um substituto;
5. Intervir de forma clínica e deontológica na defesa da integridade física dos atletas, sempre que tal for necessário;

6. Aconselhar o regime alimentar a adoptar para os atletas em função das exigências de treino e competições, que ajudem a melhorar o seu rendimento;

7. Acompanhar os atletas nas operações de controlo anti-dopagem, sempre que estes forem convocados;

8. Recorrer à assistência hospitalar local, para o tratamento de qualquer membro da delegação;

9. Comparecer às reuniões convocadas pelo Chefe de Missão; Elaborar o programa de assistência médica e testagem anti-doping dos atletas durante o período de preparação.

10. Apresentar ao Chefe da Missão Desportiva o relatório de toda a actividade desenvolvida pelo Corpo Médico no prazo máximo de 5 dias, após o término dos jogos.

ARTIGO 15.º

(Competências do Corpo Médico)

1. Colaborar no cumprimento das directivas definidas pelo Coordenador;

2. Atender às solicitações dos treinadores que visem a melhoria do rendimento dos atletas, salvaguardando os padrões éticos e da deontologia;

3. Propor os exames médicos necessários para o conhecimento do estado de saúde dos atletas, dos treinadores e oficiais;

4. Propor ao Coordenador médico os meios necessários para o desenvolvimento da sua missão;

5. Assegurar, durante a realização dos Jogos, a assistência médica aos membros da delegação.

ARTIGO 16.º

(Competências dos Fisioterapeutas)

Compete aos Fisioterapeutas coadjuvar os médicos e executar as tarefas por eles prescritas na prevenção e tratamento de doenças e lesões dos membros da delegação.

ARTIGO 17.º

(Disposições Gerais)

1. Todos os integrantes das Missão Desportiva têm direito à dispensa e requisição, sem prejuízo da sua actividade profissional e estudantil e à indemnização por salários perdidos, conforme disposições constantes do Despacho n.º 88, *Diário da República* n.º 118, sobre o Estatuto do Atleta de Alta Competição.

2. Todos os integrantes da Missão Desportiva beneficiam de seguro de vida durante o período da preparação e da competição.

3. É atribuído a cada integrante da Missão Desportiva um subsídio diário de acordo com a disponibilidade orçamental, tendo em conta o dia da partida e de regresso.

4. Atribuição de um certificado de participação a todos os membros da Missão Desportiva.

5. Os integrantes da missão são alojados na Aldeia Olímpica, salvo situações extraordinárias, devidamente autorizadas pelo chefe da Missão Desportiva.

6. A violação do presente regulamento por qualquer membro da Missão implica a aplicação das seguintes sanções:

Admoestação;

Repreensão escrita;

Suspensão provisória da participação nas competições oficiais, até duas épocas desportivas.

ARTIGO 18.º

(Competência disciplinar)

1. Compete ao Chefe da Missões aplicar as sanções prevista na alínea a) e b) do artigo 17.º, depois de ouvidos o supervisor, os membros que integram a Missão Desportiva constantes do artigo 5.º do presente regulamento e o representante da modalidade, se o infractor for atleta.

2. A aplicação da sanção prevista na alínea c) compete à Comissão de Monitorização.

3. A sanção aplicada a qualquer integrante da Missão deve ser comunicada à respectiva Federação, para que no caso da sanção c), esta se encarregue de cuidar da aplicação da pena.

4. O membro da Missão penalizado terá o direito de ser ouvido antes da aplicação da pena e de recurso ao órgão superior, no caso a Comissão de monitorização.

ARTIGO 19.º

(Disposições Finais)

1. O presente regulamento pode ser alterado ou modificado por Despacho do Ministro da Juventude e Desportos.

2. O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

Despacho n.º 759/14

de 31 de Março

Constatando-se que Rocha Mateus Pedro, Operário Qualificado de 1.ª Classe, colocado na Secretaria Geral, não comparece ao serviço há mais de 30 dias consecutivos sem qualquer justificação;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, por conveniência de serviço e ao abrigo do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

PONTO ÚNICO: Rocha Mateus Pedro — demitido por abandono de lugar do quadro de pessoal deste Ministério a partir de 2 de Janeiro do corrente ano.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Janeiro de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

Despacho n.º 760/14

de 31 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro, e do artigo 3.º do Decreto n.º 40/08, de 2 de Julho, e usando da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

É desvinculado do quadro de pessoal do Ministério da Juventude e Desportos Domingos Causso, por lhe ter sido concedido a pensão de reforma antecipada, com efeito a partir de 1 de Março de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

Despacho n.º 761/14
de 31 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro, e do artigo 3.º do Decreto n.º 40/08, de 2 de Julho, e usando da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

É desvinculado do quadro de pessoal do Ministério da Juventude e Desportos Maria Filomena José Francisco Agostinho, por lhe ter sido concedida a pensão de reforma antecipada, com efeito a partir de 1 de Março de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

Despacho n.º 762/14
de 31 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro, e do artigo 3.º do Decreto n.º 40/08, de 2 de Julho, e usando da faculdade que me é conferida pelo artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

É desvinculado do quadro de pessoal do Ministério da Juventude e Desportos Francisco Domingos Ribeiro, por lhe ter sido concedido a pensão de reforma por velhice, com efeito a partir de 1 de Março de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

Despacho n.º 763/14
de 31 de Março

Havendo necessidade do preenchimento da vaga de Chefe de Departamento existente na Direcção Nacional de Políticas da Juventude;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o Decreto Presidencial n.º 226/12, de 3 de Dezembro, determino:

1. Africano André Pedro — nomeado, em comissão ordinária de serviço, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Associativismo e Tempos Livres da Juventude da Direcção Nacional de Políticas da Juventude.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Março de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

Despacho n.º 764/14
de 31 de Março

Havendo necessidade do preenchimento da vaga de Chefe de Departamento existente na Direcção Nacional de Políticas da Juventude;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o Decreto Presidencial n.º 226/12, de 3 de Dezembro, determino:

1. Neusa Madalena de Almeida Grilo — nomeada, em comissão ordinária de serviço, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Promoção e Participação da Juventude da Direcção Nacional de Políticas da Juventude.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Março de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.

Despacho n.º 765/14
de 31 de Março

Havendo necessidade do preenchimento da vaga de Chefe de Departamento existente na Direcção Nacional de Políticas da Juventude;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o Decreto Presidencial n.º 226/12, de 3 de Dezembro, determino:

1. Inocêncio Ruben Tjipulo Mateus nomeado, em comissão ordinária de serviço, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Formação e Informação da Juventude da Direcção Nacional de Políticas da Juventude.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Março de 2014.

O Ministro, *Gonçalves Manuel Muandumba*.